



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!

111) Sobre a pena de multa, assinale a alternativa incorreta segundo consta no Código Penal

- a) consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias multa.
- b) o valor o dia-multa será fixado pelo juiz podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, e podendo ser superior a cinco vezes esse salário.
- c) o valor da multa será atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária.
- d) deve ser paga dentro de dez dias após o transito em julgado da sentença.

RESPOSTA: B. Porque está em desacordo com o texto do artigo 49, §1º, do CP, o qual prevê que não pode ser inferior a um trigésimo do salário mínimo nem superior a cinco vezes.

112) Sobre a cobrança da pena de multa, assinale a correta

- a) não pode ser efetuada mediante desconto no vencimento ou salário do condenado, devendo ser paga em dinheiro
- b) o juiz não pode permitir que o pagamento seja em parcelas mensais, devendo o condenado pagar à vista.
- c) o desconto não deve incidir sobre os recursos indispensáveis ao sustento do condenado e da sua família.
- d) pode ser descontado do salário do condenado quando aplicada cumulativamente com pena de detenção.

RESPOSTA: C. Porque está de acordo com o artigo 50, §2º, do CP.

113) De acordo com o artigo 59 do Código Penal, não é considerado como circunstância para a fixação da pena

- a) a culpabilidade
- b) os antecedentes
- c) conseqüências do crime
- d) a premeditação

RESPOSTA: D. Pois tal circunstância não consta no rol do artigo 59, denominado circunstâncias judiciais, que são apuradas no decorrer do processo e, servem para que o juiz fixe a pena dentro dos limites mínimo e máximo previstos em cada crime.

114) Sobre a reincidência assinale a alternativa correta

- a) se consideram os crimes militares próprios e políticos.
- b) verifica-se quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no exterior, o tenha condenado por crime anterior.
- c) para efeito de reincidência não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a dez anos, computando o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorre revogação.
- d) não é considerada como agravante.

RESPOSTA: B. Porque está de acordo com o texto do artigo 63, do CP.

As demais são incorretas porque, respectivamente, não se consideram os crimes militares próprios e os políticos, o prazo é de cinco anos e não dez e é considerada agravante, pelo artigo 61, I, do CP.

115) Sobre o concurso de crimes, aponte a assertiva incorreta.

- a) pratica o concurso material, previsto no artigo 69, quem, mediante mais de uma ação ou omissão pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, sendo aplicada as penas dos crimes de forma acumulada.
- b) pratica o concurso formal, previsto no artigo 70, quem, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, sendo aplicado apenas do crime mais grave se forem crimes diversos, caso não seja, será punido com a pena de um crime somente com o acréscimo de um sexto até a metade.
- c) no concurso de crimes as penas de multa não serão aplicadas de forma distinta e integral.
- d) quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, sendo aplicada a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversos, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

RESPOSTA: C. Porque não está de acordo com o texto do artigo 72, caput, do CP.

116) Não é considerado requisito para a suspensão da execução da pena, previsto no artigo 77 do Código Penal.

- a) ser a pena privativa de liberdade não superior a dois anos.
- b) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício.
- c) não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código (penas restritiva de direitos).
- d) o condenado não ser reincidente em crime culposo.

RESPOSTA: D. Tal requisito não consta no rol do artigo 77, pois o agente não pode ser reincidente em crime doloso.

117) De acordo com o artigo 78 do Código Penal não é condição para o cumprimento da suspensão condicional do processo

- a) o pagamento da pena de multa.
- b) no primeiro ano do prazo de suspensão, deverá o condenado prestar serviços à comunidade ou submeter-se à limitação de fim de semana.
- c) se o condenado houver reparação o dano, salvo impossibilidade de fazê-lo, e se as circunstâncias do artigo 59 forem inteiramente favoráveis o juiz poderá substituir a exigência de prestar serviços à comunidade ou submeter-se à limitação de fim de semana por algumas condições, dentre as quais, proibição de frequentar determinados lugares.
- d) se o condenado houver reparação o dano, salvo impossibilidade de fazê-lo, e se as circunstâncias do artigo 59 forem inteiramente favoráveis o juiz poderá substituir a exigência de prestar serviços à comunidade ou submeter-se à limitação de fim de semana por algumas condições, dentre as quais, proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do juiz.

RESPOSTA: A. Porque não consta nas exigências do artigo 78, do CP.

118) Aponte a assertiva incorreta em relação ao texto do Código Penal.

- a) a suspensão será revogada obrigatoriamente se, no curso do prazo de suspensão o beneficiário for condenado, em sentença irrecorrível, por crime doloso.
- b) a suspensão será revogada obrigatoriamente se, no curso do prazo de suspensão o beneficiário frustra, embora solvente (tenha condições financeiras), a execução de pena de multa.
- c) a suspensão poderá ser revogada (revogação facultativa) se o condenado não efetua, sem motivo justificado, a reparação do dano.
- d) a suspensão será revogada obrigatoriamente se, no curso do prazo de suspensão o beneficiário descumprir a condição de prestar serviços à comunidade ou se submeter à limitação de fim de semana no primeiro ano do prazo.

RESPOSTA: C. Porque tal hipótese se trata de revogação obrigatória, conforme artigo 81, II, final, do CP.

119) O juiz pode conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos, se presentes alguns requisitos. Dentre as alternativas abaixo não é requisito para a concessão do livramento condicional

- a) o agente cumprir mais de um terço da pena se não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
- b) o agente cumprir mais da metade da pena se for reincidente em crime culposo.
- c) o agente tenha comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto.
- d) o agente ter reparado o dano causado pela infração, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo

RESPOSTA: B. Pois não corresponde ao texto legal, sendo que o correto seria metade da pena se for reincidente em crime doloso e não culposo.

120) Sobre a revogação do livramento condicional, aponte a incorreta de acordo com o texto do Código Penal.

- a) é revogado se o liberado vem a ser condenado a pena privativa de liberdade, em sentença irrecorrível por crime cometido durante a vigência do benefício.
- b) é revogado se o liberado vem a ser condenado a pena privativa de liberdade, em sentença irrecorrível por crime anterior, sendo que as penas que corresponderem a infrações diversas devem somar-se para o efeito do livramento.
- c) o juiz poderá (revogação facultativa) revogar o livramento, se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, ou for irrecorrivelmente condenado, por crime ou contravenção, a pena que não seja privativa de liberdade.
- d) revogado o livramento este poderá ser novamente concedido após seis meses.

RESPOSTA: D. Porque não está de acordo com o texto do Código Penal, no artigo 88, onde prevê que se revogado não poderá ser novamente concedido.